

Universidade Federal de Pernambuco

Graduação em Ciência da Computação
Centro de Informática

2008.2

**Construção de um modelo teórico de gestão licitatória na modalidade
pregão no âmbito governamental**

PROPOSTA DE TRABALHO DE GRADUAÇÃO

Aluno: Raquel Monteiro (rcm@cin.ufpe.br)

Orientador: Hermano Moura

Índice

1. MOTIVAÇÃO.....	3
2. OBJETIVOS.....	4
3. METODOLOGIA.....	5
4. RESULTADOS ESPERADOS DO TRABALHO.....	6
5. CRONOGRAMA.....	6
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	7
7. ASSINATURAS.....	8

1.Motivação

Durante aquisição de bens comuns e serviços para o Núcleo de Tecnologia da Informação na Justiça Federal em Pernambuco foi detectada a necessidade de se ter um controle e gerenciamento mais eficiente dos pregões.

Quais eram esses pregões, quais objetos eram licitados, a dependência entre objetos listados em pregões diferentes, além do tempo gasto para que todo o processo ocorresse foi um problema encontrado e freqüente para gestores e gerentes de projeto.

Serviços, peças, equipamentos, licenças e treinamentos todos empilhados e sem correlação aparente administrados por gerentes diferentes. Como saber quais pregões dependem de um equipamento que não pode ser adquirido? E qual impacto irá acarretar no planejamento e nos prazos de aquisição a falta desse equipamento?

A motivação desse trabalho é criar, desde a sua fase preparatória até a aquisição do produto, um modelo teórico de gerenciamento de pregões utilizando metodologias consolidadas no mercado de TI. Esse modelo torna possível uma melhor estimativa de tempo requerido pelo processo de pregão e correlacionar vários pregões entre si, ressaltando dependências e estimando prazos para a realização dos processos licitatórios.

2.Objetivos

O objetivo do Trabalho de Graduação proposto neste documento é desenvolver um modelo teórico capaz de gerenciar, planejar e acompanhar, de forma eficiente, a aquisição de bens e serviços comuns através da modalidade de licitação pregão obrigatória para entes setor público.

Visa iniciar o estudo de um modelo que, no futuro, servirá como base para o desenvolvimento de uma ferramenta de gestão nos diversos setores da Administração Pública, onde o volume qualitativo de pregões e objetos de licitação demandam tempo e acompanhamento constante.

3. Metodologia

Para composição do modelo proposto nesse trabalho será necessário analisar a legislação que define e regulamenta o pregão. Inicialmente, será analisada a lei 10.520/02 que cria e define as regras gerais do pregão acompanhada pela sua regulamentação definida pelo Decreto federal 3.555/2000. A lei geral de licitações, definida pela lei 8.666/93, auxiliará nos casos omissos em que não se encontre as informações específicas para o pregão, bem como todas as informações necessárias encontradas na fase de pesquisa bibliográfica.

A partir daí, o modelo proposto será desenvolvido com critérios de planejamento, gerenciamento e eficiência, baseado em prazos definidos pela lei do pregão e interdependências dos objetos a serem adquiridos.

4.Resultados Esperados do trabalho

O modelo será capaz de gerenciar com eficiência a aquisição de bens e serviços para órgãos e entidades governamentais onde o processo licitatório pregão é utilizado. Objetiva-se também com esse trabalho propiciar uma importante fonte de informação para o desenvolvimento de uma ferramenta de software capaz de atender a essa necessidade garantindo uma fonte de informação segura para gestão e planejamento de licitações.

5.Cronograma

A tabela abaixo mostra o cronograma que será seguido para o desenvolvimento do trabalho.

	agosto				setembro				outubro				novembro			
Atividade	s1	s2	s3	s4	s1	s2	s3	s4	s1	s2	s3	s4	s1	s2	s3	s4
Definição do escopo do TG	■	■	■													
Levantamento Bibliográfico		■	■	■												
Análise do Material Bibliográfico			■	■	■	■	■									
Escrita do Trabalho de Graduação				■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	
Entrega de versões do TG								■				■		■		
Preparação da Apresentação Oral													■	■	■	■
Apresentação Oral																■

6.Referências Bibliográficas

[1] BRASIL. Lei 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm>. Acesso em:25/08/2008.

[2] BRASIL. Lei 10.520, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10520.htm>. Acesso em:25/08/2008.

[3] BRASIL. Decreto 3.555, de 8 de agosto de 2000. Aprova o regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/D3555.htm>. Acesso em:25/08/2008.

7. Assinaturas

Hermano Moura
Orientador

Raquel Monteiro
Aluna